

**PARECER JURÍDICO 126/2024 DA ASSESSORIA JURÍDICA DE TOMÉ-AÇU/PA**

A

**CPL – Comissão Permanente de Licitação**  
**Parecer Jurídico: 126/2024**

**PROCESSO LICITATÓRIO:** 9/2024 – 1908001

**PROCESSO ADMINISTRATIVO:** 1908001/2024

**MODALIDADE:** PREGÃO PRESENCIAL

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE TOPOGRAFIA, GEORREFERENCIAMENTO E PLANIALTIMÉTRICO, COM FINALIDADE DE MAPEAMENTO DOS PERÍMETROS TOTAIS DE IMÓVEIS URBANOS E RURAIS DE TOMÉ-AÇU, QUATRO-BOCAS, FORQUILHA, VILA NOVA, ALÉM DO PERÍMETRO URBANO E DA VILAS E RAMAIS RURAIS DO MUNICÍPIO DE TOMÉ-AÇU/PA.

## **I – RELATÓRIO**

Trata-se de solicitação de parecer jurídico, oriundo da Equipe de Apoio de Licitação do Município de Tomé-Açu, no Processo Licitatório nº 9/2024-1908001, Processo Administrativo nº 1908001/2024, referente à minuta de edital de licitação, na modalidade pregão presencial, que tem como objeto a contratação de serviços técnicos de topografia, georreferenciamento e planialtimétrico, com finalidade de mapeamento dos perímetros totais de imóveis urbanos e rurais de Tomé-Açu, Quatro-Bocas, Forquilha, Vila Nova, além do perímetro urbano e da vilas e ramais rurais do município de Tomé-Açu/PA.

Consta nos autos, que na data de 01 de agosto de 2024, a ilustríssima **Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão – SEMPLA**, apresentou **Documento De Formalização de Demanda**, com o objetivo a contratação de serviços técnicos de topografia, georreferenciamento e planialtimétrico, com finalidade de mapeamento dos perímetros totais de imóveis urbanos e rurais de Tomé-Açu, Quatro-Bocas, Forquilha, Vila Nova, além do perímetro urbano e da vilas e ramais rurais do município de Tomé-Açu/PA.

Justificou que a solicitação se faz necessária para que seja utilizado posteriormente como subsidio no processo de regularização dos imóveis públicos, infraestruturas, plano diretor de endereçamento postal do município de Tomé-Açu.

Juntamente com o referido Documento de Formalização de Demanda, o Exmo. Secretário Municipal de Planejamento e Gestão de Tomé-Açu/PA, apresentou o Estudo Técnico Preliminar (Inciso I, do Art. 18, da Lei nº 14.133), Termo de Referência (Inciso II, do Art. 18, da Lei nº 14.133) e Análise Risco (Inciso X, do Art. 18, da Lei nº 14.133).

Dando cumprimento ao andamento do processo, na data de 02 de agosto de 2024, o Exmo. Secretário Municipal de Planejamento e Gestão de Tomé-Açu/PA, solicitou aos setores competentes, que providenciassem as pesquisas de preços e prévia manifestação quanto à existência de recursos orçamentários para cobertura das despesas.

Em ato seguinte, na mesma data, a Equipe de Apoio, através do e-mail [cplpmta1@gmail.com](mailto:cplpmta1@gmail.com), enviou e-mail solicitando cotação às empresas F L S DOS SANTOS ENGENHARIA E AGRIMENSURA LTDA., e-mail [rrmeioambiente@outlook.com](mailto:rrmeioambiente@outlook.com), e RR GEO E MEIO AMBIENTE LTDA., e-mail [rrmeioambiente@outlook.com](mailto:rrmeioambiente@outlook.com).

A empresa RR GEO E MEIO AMBIENTE LTDA., respondeu o e-mail na data de 05 de agosto de 2024, e a empresa F L S DOS SANTOS ENGENHARIA E AGRIMENSURA LTDA., por sua vez respondeu o e-mail na data de 06 de agosto de 2024.

Em ato seguinte, foi anexado Mapa de Apuração de Preços, contendo preço médio, menor preço e valor médio referente ao objeto do presente certame.

Na data de 14 de agosto de 2024, o Exmo. Secretário Municipal de Planejamento e Gestão de Tomé-Açu/PA, emitiu Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira, informando que as despesas possuem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e a compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO).

Aliado a isso, na data de 16 de agosto de 2024, o Exmo. Prefeito Municipal de Tomé-Açu/PA, emitiu Termo de Autorização ao setor competente para dar

continuidade e proceder com o processo licitatório, conforme for a hipótese legal mais vantajosa ao Erário Municipal.

Desta feita, na data de 19 de agosto de 2024, o Senhor HUGO LEONARDO PONTES ALMEIDA, Pregoeiro, constituído pela Portaria nº 0002/GPMTA, de 05 de janeiro de 2024, fez a devida AUTUAÇÃO do Processo Licitatório nº 9/2024-1908001, na modalidade pregão presencial.

Diante disso, na data de 19 de agosto de 2024, foi emitido despacho a assessoria jurídica, para exame da minuta de instrumento convocatório e anexos, para fins de abertura de processo licitatório na modalidade pregão presencial, que versa sobre a contratação de serviços técnicos de topografia, georreferenciamento e planialtimétrico, com finalidade de mapeamento dos perímetros totais de imóveis urbanos e rurais de Tomé-Açu, Quatro-Bocas, Forquilha, Vila Nova, além do perímetro urbano e da vilas e ramais rurais do município de Tomé-Açu/PA.

**É o relatório. Passo a opinar.**

## **II – DA FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente se faz necessário o esclarecimento, que compete a Assessoria Jurídica, única e exclusivamente, prestar consultoria, sendo este parecer meramente opinativo, sobre os aspectos jurídicos, não cabendo portanto, adentrar em aspectos relativos a conveniência e oportunidade da conduta dos atos administrativos, uma vez que estes estão reservados à discricionariedade do administrador público legalmente competente, como também, não compete a esta assessoria jurídica, examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira, salvo hipóteses teratológicas.

Não existe delegação de responsabilidade do administrador ou mesmo o compartilhamento desta quando exarada a manifestação jurídica relativa à contratação. A solução técnica eleita é inerente à esfera de competência própria do agente administrativo, e só dele, não importando o pronunciamento desta Assessoria Jurídica, sob qualquer ótica, em juízo de conveniência e oportunidade.

A nossa Carta Magna, traz os princípios pelos quais a Administração Pública deve ser regida, que existem parâmetros legais que obrigatoriamente devem ser observados, especificamente em seu Art. 37, dentre eles, o princípio da legalidade. Confira-se:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).”

Aliado a isso, temos o que dispõe o art. 5º da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2001:

“Art. 5º. Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro)”

Ainda nesse sentido, temos o disposto no Art. 11, da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2001:

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;

III - evitar contratações com sobre preço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;

IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

Parágrafo único. A alta administração do órgão ou entidade é responsável pela governança das contratações e deve implementar processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles internos, para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos, com o intuito de alcançar os objetivos estabelecidos no **caput** deste artigo, promover um ambiente íntegro e confiável, assegurar o alinhamento das contratações ao planejamento estratégico e às leis orçamentárias e promover eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações.

A modalidade sugerida para realização do certame, qual seja, “**Pregão**”, encontra amparo legal no art. 28, Inciso I, da lei nº 14.133/2021, vejamos:

Art. 28. São modalidades de licitação:

I – Pregão;

De mesmo modo, os objetos licitados amoldam-se adequadamente previsto no Art. 2º, inciso V, e Art. 6º, inciso XI, ambos da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, vejamos:

“Art. 2º. Esta Lei aplica-se a:

(...)

V – prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados;

(...)

“Art. 6º. Para fins desta Lei, consideram-se:

(...)

X – serviço: atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse da Administração;

(...)

O certame licitatório realizar-se-á de maneira **presencial**, em conformidade com o art. 17, §§ 2º e 5º, da Lei nº 14.133/2021, na modalidade pregão:

Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:

(...)

§ 2º. As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, **admitida a utilização da forma presencial**, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.

(...)

§ 5º. **Na hipótese excepcional de licitação sob a forma presencial a que refere o § 2º deste artigo, a sessão pública de apresentação de propostas deverá ser gravada em áudio e vídeo, e a gravação será juntada aos autos do processo licitatório depois de seu encerramento.**  
(Grifos nossos).

A desvantagem da não realização do pregão na modalidade presencial, ficou devidamente comprovada no Preâmbulo anexo ao processo licitatório, das quais uma das justificativas é de que a presença física dos licitantes na sessão pública, como o pregoeiro e toda sua equipe de apoio, e, facilita os esclarecimentos imediatos durante

o pregão presencial, bem como, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a complementar o procedimento licitatório, facilita a negociação de preços, verificação de habilitação e execução de propostas.

O orçamento estimado para contratação encontra-se como **SIGILOSO**, em conformidade com o Art. 24, da Lei nº 14.133/2021.

Conforme consta na minuta, o Edital dará aos participantes condições de igualdade e proporcionará à Administração Pública contratar com a melhor proposta apresentada, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, respeitando aos princípios da igualdade de oportunidade e da legalidade, expressamente descritos em nossa Carta Magna.

Aliado a isso, destaque-se que na licitação por itens, cada um é considerado como uma licitação autônoma e independente, que apenas processa-se de forma conjugada em um único procedimento, conforme ensinamentos de Marçal Justen Filho:

“Na licitação por itens, há um único ato convocatório, que estabelece condições gerais para a realização de certames, que se processarão conjuntamente, mas de modo autônomo. (...) A autonomia se revela pela faculdade outorgada aos licitantes de produzir propostas apenas para alguns itens. Os requisitos de habilitação são apurados e cada proposta é julgada em função de cada item. Há diversos julgamentos, tanto na fase de habilitação quanto na de exame de propostas. Mesmo que materialmente haja um único documento, haverá tantas decisões quanto sejam os itens objeto de avaliação.

(...)

Assim, por exemplo, é inválido estabelecer que o licitante deverá preencher os requisitos de habilitação para o conjunto global dos objetos licitados (eis que o julgamento se faz em relação a cada item).

(...)

Outra imposição defeituosa consiste na obrigatoriedade da formulação de propostas para o conjunto dos diferentes itens”.

A maior vantagem da licitação por itens é o fato de vários certames serem desenvolvidos no mesmo procedimento, através de itens ou lotes específicos, conforme restar técnica e economicamente viável no caso concreto. Nos termos vistos, o procedimento a ser adotado possui certa peculiaridade, requerendo cautela no processamento da licitação, mas demonstra-se de grande utilidade e fácil aplicação

em vista dos inúmeros benefícios que decorrem desse modelo, especialmente a celeridade, a economia e a vantajosidade nas contratações.

Continuando, temos o Art. 53º, § 1º, Incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021, que faz com que a manifestação jurídica seja necessária à formalização da minuta do contrato, a ser celebrado futuramente entre a empresa vencedora do certame e a Administração Pública:

“Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;”

Ressalta-se que o Tribunal de Contas da União (TCU) já pacificou que cabe a Assessoria Jurídica analisar e aprovar as respectivas minutas do edital e do contrato, por meio de parecer o qual não vincula o gestor.

O parecer jurídico e técnico não vincula o gestor, que tem a obrigação de examinar a correção dos pareceres, até mesmo para corrigir eventuais disfunções na administração e, portanto, não afasta, por si só, a sua responsabilidade por atos considerados irregulares pelo Tribunal de Contas da União

**Acórdão 206/2007 Plenário (Sumário).**

Pelo que restou comprovado no documentos juntados aos autos do processo licitatório, a minuta de edital está devidamente instruída com os requisitos exigidos em nossa Constituição Federal de 1988, na Lei Federal nº 14.133/2021, e demais instrumentos normativos pertinentes.

### III – CONCLUSÃO

Respeitados os aspectos legais e formais do processo licitatório, entendo que a minuta do edital e o demais anexos que acompanham o respectivo processo, atendem aos princípios e regras que regem a Administração Pública.

Diante disso, este Assessor Jurídico que subscreve este parecer **OPINA FAVORAVELMENTE** ao prosseguimento do Processo Licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 9/2024-1908001, Processo Administrativo nº 1908001/2024, que tem como objetivo a contratação de serviços técnicos de topografia, georreferenciamento e planialtimétrico, com finalidade de mapeamento dos perímetros totais de imóveis urbanos e rurais de Tomé-Açu, Quatro-Bocas, Forquilha, Vila Nova, além do perímetro urbano e das vilas e ramais rurais do município de Tomé-Açu/PA, considerando que a minuta do edital atende todas as exigências previstas no Art. 25, como também se mostra apta a publicação, seguindo para a próxima fase do processo licitatório, em conformidade com o Art. 17, Inciso II, da Lei nº 14.133/2021, bem como, seus respectivos anexos.

**É o parecer, salvo melhor juízo.**

Tomé-Açu/PA, 20 de agosto de 2024.

**MICHAEL DOS REIS SANTOS**

Assessor Jurídico  
Matrícula nº 654.148-2  
OAB/PA nº 30.931-B